

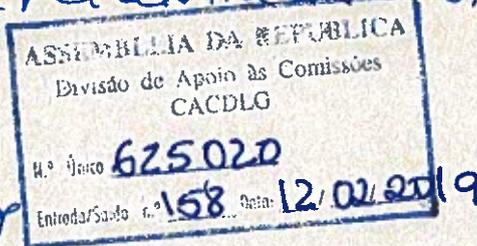


Grupo Parlamentar
PARTIDO SOCIALISTA



Requerimento comulado na reunião
de CACDLG de 13/2/19, no sentido de
aerção de Me. castra de Presidente

e Modernização
Administrativa (e
uso dos sectores membros
de Governo). Aprovado por unanimidade



Exmo. Senhor *na ausência de PEV.*

Presidente da Comissão de Assuntos

Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Pedro Bacelar de Vasconcelos

Requerimento

A última semana ficou marcada pela divulgação de números muito preocupantes pelo Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR de mortes relacionadas com violência doméstica: apenas no primeiro mês de 2019 foram assinaladas 10 vítimas mortais.

Apesar do alerta e reflexão a que interpelam estes números, merece ser sublinhado o consenso político que tem vindo a permitir a construção de um quadro legislativo exigente, atualizado na anterior e na presente legislatura, de prevenção e combate à violência doméstica, na primeira linha de adesão a convenções e recomendações internacionais e dos mais avançados no mundo, a par da execução das medidas previstas nos planos nacionais aplicados pelos sucessivos Governos, como ficou aliás demonstrado na reação à situação, por todas as forças políticas, no último debate quinzenal com o Primeiro-Ministro.

Esta é uma realidade social cuja persistência se afigura intolerável. Nessa medida, andou bem o Governo em ter promovido, desde logo, em resposta ao número revelado pela UMAR, uma reunião de alto nível na qual participaram a Procuradora-Geral da República, o Coordenador da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica, representantes das Forças de Segurança e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, para análise do contexto atual e ponderação de novas iniciativas políticas de reforço ao combate e prevenção da violência doméstica, entretanto divulgadas.

Também a Assembleia da República deve acompanhar e participar nessa reflexão, avaliando a necessidade de novas medidas legislativas e escrutinando a ação, e a adequação e pertinência das novas medidas anunciadas pelo Governo, que envolvem, necessariamente, a articulação

Dist. em 12.02.2019

350232
P. 100.00.51.87

e intervenção de diferentes ministérios, designadamente os que estiveram representados na referida reunião: Justiça, Presidência do Conselho de Ministros e Administração Interna.

Neste sentido, as Deputadas e Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista vêm por este meio requerer, nos termos regimentais aplicáveis, a audição a este propósito e na sequência da reunião de alto nível realizada pelo Governo, das Senhoras Ministras da Justiça e da Presidência e Modernização Administrativa e do Senhor Ministro da Administração Interna.

Palácio de São Bento, 12 de fevereiro de 2019

As Deputadas e os Deputados,